

DANIEL BLAUFUKS
LISBOA CLICHÊ



LISBOA
CLICHÉ

Daniel Blaufuks

LISBOA
CLICHÉ

LISBOA
TINTA-DA-CHINA
MMXXI

Um táxi em Lisboa no final dos anos 80. Quando eu era miúdo, raramente andava de táxi, mas nesta altura fartava-me de o fazer, principalmente porque na maior parte das vezes era o jornal que pagava. Os táxis de Lisboa eram relativamente baratos, além de imundos. O rádio estava infalivelmente sintonizado na Rádio Comercial e os motoristas sabiam onde ficavam as ruas. Aqui era verão, o tejadilho estava aberto, e encontrávamo-nos parados algures no irremediável trânsito lisboeta.





Uma tabacaria onde, além dos óbvios cigarros e charutos, se vendem igualmente jornais, revistas, lotarias, brindes, brinquedos, água, rebuçados, totobola, isqueiros, lenços de papel, incenso e por aí fora.

Foi numa tabacaria destas que eu vi, numa terça-feira de manhã cedo e pela primeira vez, uma fotografia minha impressa, depois de ter descido as escadas a correr, ansioso por comprar o *Blitz*, um semanário de música e espectáculos com o qual tinha começado a colaborar na semana anterior.

Um senhor caminha numa rua estreita do Bairro Alto, provavelmente a Rua da Rosa. Está a passar em frente a uma mercearia com as suas habituais caixas de madeira de legumes e fruta no passeio. Na parede desmaiada, entre as duas entradas, de onde já desapareceu o logótipo da loja, está pintada, em letras gordas, uma exigência ao Governo, provisório como todos nessa época, para que os preços não aumentem. Até bem aos anos 90, as paredes da cidade cobriam-se de palavras e pinturas políticas e revolucionárias. Na montra da mercearia, para além das caixas de batatas, tomate e peras no chão, expõem-se inúmeros frascos de Mokambo, uma bebida de cereais com café dissolúvel em água muito em voga nesses dias, também por conta de um anúncio com a insistente música *diga bom dia com Mokambo, Mokambo...*, que passava todos os serões num dos dois canais de televisão.

O homem, que passa olhando, de esguelha, o preço das peras, está de fato claro e gravata, e carrega uma enorme pasta preta, sinal de que vai a caminho do seu escritório, filial bancária, repartição ou ministério. Ou talvez fosse um advogado. Seja como for, a pasta era na época um símbolo forte, tal como o colarinho branco, que separava os empregados dos operários, uma ascensão social a que as famílias aspiravam no Portugal daqueles tempos.





A bela e incrível Olga, que viveu comigo uns tempos e que levou drogas lá para casa, até que as drogas a levaram a ela.



Oito homens, a meio da tarde, numa taberna para os lados de Santa Catarina. As tabernas, com as suas poucas mesas com tampo de mármore, serviam vinho a copo, muitas vezes directamente da pipa, imperiais, bagaço e aguardente, vendiam tabaco, latas de atum e fósforos, e eram um ponto de encontro entre os vizinhos do bairro, local de conversas e de troca de informações entre homens, misturando gerações e origens. Algumas, como esta, tinham até uma *jukebox*. O senhor, que sorri para mim enquanto pede um bagaço, vestido com camisola e fato apesar de ser verão, usa uma faixa preta no braço esquerdo, sinal de que tinha perdido um familiar próximo recentemente, o que parece contrastar com a sua aparente boa disposição.

Manhã no Bairro Alto, um bairro sem gás canalizado, daí que as bilhas sejam levadas às costas pelas ruas estreitas e pelas escadas íngremes. Aqui ficavam as redacções de uma grande maioria de jornais, matutinos como o *Diário Popular* e *O Século*, na rua com o mesmo nome, ou vespertinos como o *Diário de Lisboa* e *A Capital*, na Travessa do Poço da Cidade. Num tempo de grandes mutações e antes da internet, os periódicos eram aguardados com curiosidade e, muitas vezes, alguma ansiedade. Mas também era nos jornais que se via a programação da televisão, dos cinemas e dos teatros, consultava-se o horóscopo, procurava-se casa ou mulher, sabia-se quem tinha falecido e se amanhã faria chuva ou faria sol.



Duas amigas caminhando numa rua do Bairro Alto num dia de verão.



Um homem de tronco nu desce uma rua do Bairro Alto, enquanto um outro está deitado encolhido no chão, junto aos caixotes de lixo. Uma cena neo-realista comum nesse tempo, num bairro pobre e maltratado. Um dia um alcoólico contou-me que bebia para esquecer e eu perguntei-lhe o que é que ele queria esquecer. Respondeu-me que já não se lembrava.

Uma mulher passa em frente ao Bar Frágil, na Rua da Atalaia. O Frágil, onde eu trabalhei durante uns tempos, abriu em 1982 pelas mãos do nosso querido Manuel Reis (1946-2018), num armazém onde era antes uma padaria, daí os azulejos brancos que continuaram a fazer parte da sua decoração contemporânea. O Frágil foi uma lança, um farol, não só no Bairro Alto, antes bairro popular frequentado por marinheiros e prostitutas, mas também em Lisboa e, por extensão, em Portugal. No Frágil ouvia-se a melhor música, no Frágil podíamos ser quem queríamos ser, no Frágil éramos quem éramos, no Frágil vestíamos-nos como queríamos, no Frágil estávamos em casa.



O chafariz de 1762, na Rua do Século, ainda com uma cabine telefónica em frente. As cabines telefónicas estavam espalhadas pela cidade e, embora grande parte das vezes avariadas, eram necessárias para ligar e avisar que se ia chegar tarde ou para namorar à distância. Algumas delas também recebiam chamadas; passei horas na que ficava em frente à Escola de Belas-Artes, à espera de um telefonema de Berlim. O pequeno largo foi por estes anos palco das Manobras de Maio, uma passagem de modelos ao ar livre, organizada pela loja Manobras, um pouco mais acima na mesma rua. Nele se podia ver, durante anos, uma frase na parede, talvez o primeiro grafiti não político em Lisboa:

o dia em que a música morreu.

Não sei exactamente a que dia se referia ou quem escreveu a frase, mas, sempre que por lá passava, ficava fascinado com ela, até pela caligrafia, tão inusual numa pintura de parede. No edifício em frente — o palácio onde nasceu o Marquês de Pombal e que seria, muitos anos depois, o espaço de arte *Carpe Diem* do Paulo Reis, amigo brasileiro muito prematuramente falecido —, fiz, a convite deste, um pequeno filme, utilizando uma composição de Luiz de Freitas Branco, que ali morou e ali faleceu em 27 de Novembro de 1955. Não foi, no entanto, nesse dia que a música morreu, nem a 3 de Fevereiro de 1959, dia da morte de Buddy Holly, como refere a canção de Don McLean, porque a música que nós ouvíamos era já outra. Um dia a frase desapareceu, tão misteriosamente como tinha aparecido. O Paulo também. E o *Carpe Diem*.



o dia em que
a música morreu

DANIEL BLAUFUKS

tem-se dedicado à relação entre a memória pública e a memória privada, tema com presença constante nas interrogações do seu trabalho como artista visual. Tem exposto largamente em museus, galerias de arte contemporânea e festivais, trabalhando principalmente com fotografia e vídeo, e apresentando o resultado através de livros, instalações e filmes. Doutorou-se na University of Wales, com uma tese sobre as relações da fotografia e do cinema com os textos de W.G. Sebald e Georges Perec e com a memória e o Holocausto. Em 2016 recebeu o prêmio AICA pelas exposições *Tentativa de Esgotamento* e *Léxico*.

LISBOA CLICHÊ

de Daniel Blaufuks
foi composto em caracteres Mercury Text
e impresso pela Guide, Artes Gráficas,
sobre papel Palatina de 120 gramas,
em Agosto de 2021.

© 2021, Daniel Blaufuks e
Edições Tinta-da-china, Lda.
Palacete da Quinta dos Ulmeiros
Alameda das Linhas de Torres, 152 – E.10
1750-149 Lisboa – Portugal
Tels.: 21 726 90 28/29
E-mail: info@tintadachina.pt

www.tintadachina.pt

Título: *Lisboa Clichê*
Autor: Daniel Blaufuks
Revisão: Tinta-da-china
Composição e capa: Daniel Blaufuks e Tinta-da-china

1.ª edição: Setembro de 2021

ISBN: 978-989-671-628-8
Depósito Legal n.º 487556/21



O pavimento molhado reflectia as luzes urbanas e dava-lhe mesmo, na nossa mente cinematográfica, uma aura de Nova Iorque tirada de um filme de detectives, em que nós éramos simultaneamente o detective e o criminoso.

ISBN: 978-989-671-628-8

